

Nota de apresentação

Avaliação em Educação: perspectivas ibero-americanas

DOMINGOS FERNANDES

Antes de iniciar a apresentação propriamente dita deste número da revista é feita uma breve referência a três domínios que integram as discussões actuais sobre avaliação em educação.

ALGUMAS QUESTÕES CRÍTICAS

A avaliação é uma das práticas sociais mais debatidas nos sistemas educativos, particularmente a partir dos finais da última década do século passado. Há, na verdade, uma corrida à avaliação como se ela fosse a solução mágica para os problemas da educação e da formação. É certo que cerca de 100 anos de investigação e de construção teórica nos vão permitindo avaliar, com mais significado e com mais rigor, um amplo espectro de realidades, mas não é menos certo que persistem problemas de muito difícil resolução. Por isso, prosseguem debates acerca de uma variedade de *questões críticas*, sobretudo em três áreas práticas: a) avaliação das aprendizagens dos alunos (e.g., relações entre a avaliação interna e a avaliação externa; questões de validade e de fiabilidade dos exames; questões relativas à construção e à análise de itens); b) avaliação dos professores (e.g., objectos/domínios de avaliação a considerar; participação dos intervenientes; relações entre o desempenho docente e as aprendizagens dos alunos; propósitos, utilizações e efeitos da avaliação); e c) avaliação das escolas (e.g., participação dos diferentes *stakeholders*; relações entre a avaliação interna e a avaliação externa; relações entre os projectos das escolas e as aprendizagens dos alunos; propósitos, utilizações e efeitos da avaliação). A avaliação de

programas e de projectos, a avaliação curricular e a avaliação de políticas públicas são domínios onde o debate é igualmente intenso.

NATUREZA, LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES

A avaliação não é uma ciência exacta. Porém, é sempre bom lembrar que também não é mera retórica persuasiva. É fruto de uma considerável e profícua elaboração teórica e as suas práticas geram conhecimento credível e socialmente útil acerca de uma variedade de fenómenos e realidades sociais. Por isso, tem que ser rigorosa e não se pode circunscrever a um conjunto de exercícios impressionistas ou à formulação de opiniões sem qualquer fundamento. A avaliação é, por natureza, muito exigente na formulação de problemas e questões relevantes; na selecção de métodos e processos de recolha de informação; na análise e síntese de resultados; e na produção de recomendações credíveis, úteis e com real significado. A meta-avaliação, que utiliza critérios e procedimentos bem estabelecidos há cerca de 30 anos, permite avaliar a qualidade das avaliações. E esta é uma garantia que não se deve ignorar porque estamos aqui a falar do *rigor*, da *utilidade*, da *exequibilidade* e da *adequação ética* das avaliações.

DISCERNIR A QUALIDADE E ARTICULAR PERSPECTIVAS

A avaliação, em última análise, tem a ver com o discernimento da qualidade que é uma prática muito familiar aos seres humanos. De facto, no nosso dia-a-dia, em todos os domínios de actividade, estamos

sempre a formular juízos acerca da qualidade de uma grande diversidade de *objectos* (e.g., projecto de investigação; artigo sobre avaliação; livro sobre teoria da actividade; desempenho de um profissional; aprendizagens de um aluno; serviço de urgência de um hospital; serviço prestado pelos agentes da justiça e pelos tribunais) e a tomar decisões em função desses mesmos juízos. Porém, a qualidade dificilmente se poderá avaliar apenas de uma forma supostamente objectiva ou apenas de uma forma exclusivamente subjectiva. Efectivamente, as experiências ou as medidas obtidas podem não nos garantir, isoladamente e por si sós, o melhor discernimento e, por isso, é bom que as possamos articular inteligentemente. Assim, será possível formular inferências mais sustentadas e mais credíveis acerca da qualidade do que quer que seja que se está a avaliar e/ou retratar mais fielmente a complexidade das realidades sociais.

Estes e outros domínios de investigação e reflexão no campo da avaliação são discutidos e aprofundados nos artigos que integram o dossier deste número da revista *Sísifo* intitulado *Avaliação em Educação: perspectivas ibero-americanas*. Na verdade, foi possível contar com a colaboração de um conjunto de investigadores e especialistas em avaliação em educação de seis países ibero-americanos: Argentina, Brasil, Chile, Espanha, México e Portugal. Trata-se de mais uma oportunidade para debater e para reflectir sobre avaliação por parte de investigadores que, vivendo em países diferentes, partilham uma matriz cultural que, no essencial, é muito semelhante e que é um importante factor de aproximação e de partilha. O nosso desejo é que esta iniciativa possa dar lugar a outras para que seja possível continuar a aprofundar as relações entre investigadores ibero-americanos. Tais relações podem passar por iniciativas concretas na organização de seminários e conferências, no ensino pós-graduado e na produção e divulgação de estudos e de investigações na área da avaliação e noutras áreas da educação e da formação. Passemos então à apresentação sucinta dos artigos.

No primeiro artigo Bernardete Gatti faz uma descrição e uma análise de um conjunto de iniciativas no domínio da avaliação que vêm sendo postas em prática nos diferentes níveis da estrutura administrativa e política do Brasil. Trata-se de um trabalho que permite compreender o sentido

das medidas tomadas, os seus problemas mais prementes e algumas das suas consequências.

No segundo artigo Ángel Díaz Barriga descreve e analisa uma variedade de programas de avaliação que as autoridades educativas do México têm vindo a pôr em prática, muito particularmente a partir dos anos 90. As reflexões deste autor levam-no a sublinhar o excesso de avaliações de natureza burocrática e administrativa, sem quaisquer benefícios visíveis para o sistema educativo, e a emergência de um conjunto de *avaliadores* de geração espontânea.

Marcela Román Carrasco e Javier Murillo Torrecilla, no terceiro artigo, analisam as aprendizagens e o rendimento escolar dos alunos dos ensinos básico e secundário nos países da América Latina, medidas através de avaliações externas nacionais e internacionais. De acordo com aqueles investigadores a análise dos dados evidencia problemas relacionados com a qualidade da educação e com a equidade, fragilizando a integração e a mobilidade social dos estudantes latino-americanos.

No quarto artigo Maria Teresa Esteban faz uma análise e uma reflexão acerca de uma avaliação externa em grande escala — *Provinha Brasil* — aplicada a todas as crianças brasileiras no final do seu segundo ano de escolaridade (cerca de oito anos de idade). Esta avaliação tem como objectivo verificar se todas as crianças aprendem o que está prescrito no currículo nacional. Teresa Esteban questiona as concepções de educação e de avaliação que estão na base daquela prova e ainda a possibilidade de poder contribuir positivamente para as aprendizagens das crianças, nomeadamente as que pertencem às classes populares.

Almerindo Afonso, no quinto artigo, desenvolve uma discussão acerca do conceito de *accountability*, muitas vezes associado exclusivamente à chamada prestação de contas e/ou à responsabilização. Porém, o autor, na sua reflexão, alarga esta visão propondo um modelo que integre a avaliação, a prestação de contas e a responsabilização, discutindo as respectivas dimensões. A partir deste enquadramento, Almerindo Afonso discute os papéis da *accountability* na educação pública portuguesa e em alguns países da América Latina, lançando desafios neste domínio.

No sexto artigo, Juan Casassus, faz uma análise crítica das avaliações estandardizadas que são aplicadas em grande escala, considerando que, ao contrário

do que é geralmente referido, tais avaliações não permitem, de facto, avaliar a qualidade da educação. Este autor questiona claramente o valor deste tipo de provas para avaliar os sistemas educativos, considerando que incentivam desigualdades sociais e diminuem a qualidade da educação.

No sétimo artigo Norberto Boggino elabora uma reflexão centrada na avaliação dos alunos como processo pedagógico, intrinsecamente associado à melhoria das aprendizagens. Mas este autor vai mais longe, propondo que a avaliação constitua uma estratégia de aprendizagem orientada para o desenvolvimento dos processos e sem ignorar os resultados a alcançar pelos alunos.

No oitavo artigo Domingos Fernandes faz uma análise da investigação realizada em Portugal no domínio da avaliação das aprendizagens. Na grande maioria dos casos a investigação incidiu sobre concepções e práticas de avaliação de professores, sem recolha de dados no contexto das salas de aula. O autor propõe que a sala de aula, em vez do professor, passe a ser a unidade de análise a privilegiar em

futuras investigações e reflecte acerca das potencialidades da teoria da actividade como alternativa ao empírico-racionalismo e a certas formas de construtivismo.

Finalmente, no nono artigo, Miguel Santos Guerra analisa e reflecte acerca das relações existentes entre as experiências de futuros professores com a avaliação e as suas práticas futuras. Trata-se de um trabalho em que são discutidas as referidas experiências e em que se faz um conjunto de inferências com interesse para a formação de professores em geral e para a reflexão mais específica das reais implicações de certas experiências formativas no desenvolvimento profissional.

O dossier completa-se com uma recensão de Pedro Rodrigues sobre três livros de referência incontornável no domínio da avaliação em educação produzidos no âmbito do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*. Trata-se dos *standards* para a avaliação dos alunos, para a avaliação de professores e para a avaliação de programas.

